

## **IDEOLOGIA, ORGANIZAÇÃO E VOTO: APONTAMENTOS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS PARTIDOS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS (2000 - 2012)**

**Marcela Gimenes Tanaka<sup>1</sup>**  
**Jean Lucas Macedo Fernandes<sup>2</sup>**

**Resumo:** O objetivo do trabalho é apontar um panorama geral do funcionamento da política local paulista na última década (2000-2012), a partir das dimensões do comportamento eleitoral e da organização partidária. Para tal, são analisados os quatro últimos pleitos municipais e a evolução dos órgãos partidários a partir de 2008. A primeira hipótese é a de que os votos da esquerda e da direita estão associados a fatores socioeconômicos e demográficos específicos, corroborando com a abordagem sociológica que afirma que o sistema partidário sofre reflexos das clivagens sociais. Trata-se, aqui, de defender a influência das divisões socioeconômicas e demográficas como caracterizadoras dos partidos políticos (Lipset; Rokkan, 1967). A outra hipótese é a de que os partidos se estruturam melhor nos grandes municípios, porém a direita consegue manter relativa força nas pequenas localidades (Avelar; Walter, 2008). Os resultados encontrados indicam que a clivagem centro-periferia e por porte dos municípios incidem sobre o desempenho eleitoral e a estruturação organizativa dos partidos no estado de São Paulo, evidenciando distinções entre as agremiações de esquerda e de direita.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH . Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: marcela.tanaka@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH . Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jeanlucasmf@gmail.com.

**Palavras-chave:** eleições municipais; política paulista; partidos políticos.

### **Introdução: hipóteses e variáveis<sup>3</sup>**

Nosso objetivo é indicar um quadro geral do funcionamento da política local paulista da última década. Para tal, abordaremos os quatro últimos pleitos para o poder executivo municipal (2000, 2004, 2008 e 2012). Entendemos a necessidade de pesquisas sobre a política local, devido à sua importância na organização da política estadual e nacional e, principalmente, porque o estudo dos sistemas partidários locais e os respectivos papéis dos partidos têm estado fora do foco dominante dos estudos partidários e eleitorais (KERBAUY, 2010). Para os partidos maiores, as eleições locais ganham ainda mais peso estratégico, pois a política de alianças desenvolvida localmente pode ser um recurso importante para as eleições nacionais, sobretudo para a disputa da Presidência da República (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012) A escolha de São Paulo se deu, por um lado, pelo fato de ser o estado que detém o maior eleitorado do país<sup>4</sup> e, por outro, por abrigar bases partidárias

---

<sup>3</sup> Este estudo faz parte do Projeto Temático Fapesp "Organização e funcionamento da política representativa no Estado de São Paulo (1994 e 2014)" 2012/19330-8, cujo objetivo geral é analisar a organização e o funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, entre 1994 e 2012.

<sup>4</sup> Em 2012, o total do eleitorado no estado era de 31.253.317, correspondendo a cerca de 22,3% do eleitorado nacional (fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE).

das atuais 32 agremiações do sistema partidário nacional. O caso de São Paulo é significativo devido à sua complexidade social, que traz consigo uma pluralidade de atores políticos, diferenças socioeconômicas significativas e uma diversidade social considerável. Acreditamos que testar nossas hipóteses neste cenário pode apontar alguns caminhos importantes.

Dessa maneira, pretendemos apontar direções sobre o entendimento da política paulista através da análise dos partidos que a compõem, abordando-os sob duas óticas. A primeira é o *retorno do eleitor*, ou seja, se os partidos foram recompensados ou punidos por meio dos votos; de maneira geral, isso pode ser observado por meio de seu sucesso nas urnas, a partir da perspectiva do comportamento eleitoral. A segunda chave de entendimento passa pela dimensão da *estrutura organizacional*, isto é, se os partidos estão organizados sob Diretórios ou Comissões Provisórias<sup>5</sup>. Os Diretórios são unidades organizativas mais complexas, visto que se constroem com um número maior de filiados e exigem a realização de uma convenção municipal para a sua homologação. As Comissões Provisórias, por outro lado, se instituem por iniciativa da direção estatal do partido e possuem um tempo delimitado de duração (90 dias).

---

<sup>5</sup> Os dados sobre órgãos partidários se encontram disponíveis no TSE, de maneira mais consistente e para todos os partidos aqui estudados, apenas a partir de 2008. Por isso, a série histórica desta dimensão de análise será menor (2008-2012). Vale ressaltar também que, como o registro destes órgãos muda ao longo do ano, uma estratégia metodológica foi adotada: selecionaram-se apenas aqueles órgãos que mais predominaram ao longo do ano, considerando-se o número de meses. Ou seja, não se fala em existência *per se* de um Diretório ou Comissão, mas sim de uma *predominância* do órgão no decorrer do ano.

Comparativamente, os Diretórios exigem maior participação e atividade dos membros filiados, além de constituir o tipo mais institucionalizado e formalmente democrático de organização partidária (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012). É onde acontece, de fato, a “vida partidária” (GUARNIERI, 2011, p. 239).

Nossas hipóteses, por conseguinte, se inserem nesse debate sobre padrões de votação e organização partidária. A primeira hipótese em que trabalharemos diz respeito à possível correlação entre o voto partidário e distinções socioeconômicas e demográficas. Sobre isso, o estudo de Lipset e Rokkan (1967) é fundamental, uma vez que é pioneiro na defesa de que as preferências políticas são reflexos de distinções sociais, hipótese que é reiterada em Lipset (2001), demonstrando assim sua permanência. O argumento defendido é o de que o eleitor tende a ter um determinado padrão de votação segundo suas condições de vida e de seus processos de socialização. Concordamos com Meneguello e Bizarro Neto (2012), quando apontam o processo de urbanização como uma importante fonte de clivagem, sendo, dessa forma, essencial para a compreensão do padrão de apoio do eleitor aos partidos de São Paulo.

A segunda hipótese, relacionada à dimensão organizativa, é a de que há maior predominância de Diretórios nos grandes e médios municípios, onde a esquerda consegue mais sucessos eleitorais. Já pequenos municípios, as Comissões Provisórias se sobressaem, mas os partidos conservadores conseguem se manter mais bem estruturados, inclusive sob o formato de Diretórios. Isso se justifica,

por um lado, pelas dificuldades em se mobilizar filiados e constituir organizações mais sólidas em pequenos municípios, e por outro, pelo sucesso dos partidos de direita nas pequenas localidades.

Para além disso, trouxemos para a abordagem do estado de São Paulo o que Avelar e Lima (2000) e Avelar e Walter (2008) apontaram para o nível nacional, isto é, o argumento de que a política tradicional local ainda tem reminiscências, embora com menos força, em municípios menores e de menor qualidade de vida.

Assim, os partidos da elite política tradicional continuam dominando o poder municipal, embora aqueles de vocação urbana ou trabalhista venham avançando em áreas monopolizadas pelos partidos tradicionais. (Avelar e Walter, 2008, p.102).

Dito isto, nossa hipótese é de que os partidos de direita - separados aqui pelo espectro ideológico trabalhado pela literatura (LIMONGI E FIGUEIREDO, 1995; MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000; POWER E ZUCCO, 2011) tendem a ter redutos nos municípios paulistas cujo perfil é predominantemente rural e de pequeno porte, refletindo-se em uma estrutura organizacional mais formalizada (Diretório). Mainwaring, Meneguello e Power (2000) mostram as pautas que definem a clivagem esquerda-direita, sobretudo após a redemocratização. Os papéis do Estado e do mercado foram o principal tema nos anos 1990, contexto em que a defesa do Neoliberalismo se tornou a bandeira central da agenda conservadora. Outras questões importantes apontadas pelos autores na separação entre esquerda e

direita são: *encargos sociais e direitos trabalhistas*, para os quais a esquerda defende seus aumentos; posicionamentos em relação a assuntos polêmicos como *aborto, direitos humanos e igualdade para os homossexuais* – dos quais a direita tende a manter uma postura mais inflexível e negativa. A alta informalidade organizacional dos partidos conservadores é um aspecto já apontado pela literatura (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012). Entretanto, os mesmos autores mostram que o sistema partidário tem caminhado para a consolidação, em todos os níveis.

Da mesma forma, os partidos de centro e de esquerda tendem a obter maior sucesso eleitoral nos municípios de grande porte, onde se organizam em Diretórios, não conseguindo penetrar nos pequenos municípios de modo mais estruturado. Por partidos de centro, entende-se aqueles que não ocupam os extremos da escala ideológica e estão entre os polos da competição eleitoral (HAZAN, 1997), e geralmente são atores importantes para a composição de governos (PASQUARELLI; BIZZARRO NETO, 2012). Para além disso, procuraremos mostrar o descompasso que existe entre o percentual de prefeituras conquistadas pelos partidos ao longo do espectro e o percentual de população governada; quanto a isso encontramos que embora a direita eleja um maior número de prefeituras, é a esquerda quem governa mais pessoas. A partir desses dados será possível reiterar a hipótese de que a clivagem urbano/rural se reflete ao longo do espectro ideológico.

Na primeira sessão, o teste das hipóteses foi feito a partir da construção de tabelas, em série histórica, e que comportam a votação

para o cargo executivo municipal de oito grandes partidos do estado. Estes foram separados em *esquerda*: PT<sup>6</sup>, PSB e PDT; *centro*: PMDB; e *direita/centro-direita*: PSDB, DEM, PP e PTB<sup>7</sup>. Tais votações foram correlacionadas aos dados socioeconômicos de Taxa de Analfabetismo, Grau de Urbanização e População Economicamente Ativa (PEA) dos setores industrial, agrícola e de serviços<sup>8</sup>. A escolha dessas variáveis se justifica, em boa medida, porque têm sido trabalhadas pela literatura desde o final da década de 80, por exemplo, em Sadek (1989); para além disso, essas variáveis dão conta de fornecer um panorama geral das características dos municípios do estado, sendo possível a análise do comportamento eleitoral segundo o modelo de clivagens. Na segunda sessão, serão apresentados os dados de organização partidária, por porte de município, seguindo a separação dos partidos pelo espectro ideológico.

### **A competição nas prefeituras**

O gráfico I<sup>9</sup> traz a evolução da porcentagem do número de prefeituras conquistadas pelos partidos nos últimos 12 anos. Nesse período, observa-se que os partidos de direita conquistaram em todos

---

<sup>6</sup> A lista de siglas se encontra em anexo.

<sup>7</sup> A separação dos partidos ao longo do espectro ideológico segue a divisão feita por Avelar e Walter (2008), sendo a única exceção o PSDB. Aqui o colocamos no bloco mais à direita, pois entendemos que ao longo dos anos o partido vem se aproximando desse conjunto devido às coalizões que têm formado com partidos mais conservadores, sobretudo o DEM.

<sup>8</sup> Todos os dados foram retirados do TSE ( [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)) e da Fundação SEADE ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)).

<sup>9</sup> Todos os gráficos e tabelas se encontram em anexo.

os anos o maior número de prefeituras no estado, somando 58% do total em 2000 e 46,20% em 2012. A esquerda passa de 10,90% em 2000 para 18,61% em 2012. Embora a direita ainda detenha força na política local paulista para a competição do executivo municipal, ela se encontra em um ritmo constante de queda, se colocada sob a perspectiva desses quatro pleitos. A literatura nos dá respaldo para explicar esse fenômeno, mostrando que esse declínio está associado à penetração dos partidos de esquerda em redutos antes controlados por partidos tradicionais (AVELAR E WALTER, 2008). Além disso, no fim da década de 80, Sadek (1989) já havia sinalizado essa tendência ao demonstrar a interiorização do PMDB nas disputas presidenciais, evidenciando o recuo do poder tradicional e o avanço das forças de oposição.

Já o Gráfico 2 aponta o percentual de população governada, isto é, o total de pessoas que um partido tem sob controle ao assumir determinado município. É notório o descompasso entre número de prefeituras, apresentado no primeiro gráfico, e o número de população governada. Enquanto a direita possui o maior número de prefeituras, é a esquerda que governa o maior número de pessoas. Em outras palavras, embora a esquerda não ganhe muitas prefeituras, ela é capaz de angariar votos e prefeituras nas cidades com maior número de habitantes. Essa disparidade é completamente sentida quando se observa o ano de 2012, em que com apenas 18,61% das prefeituras a esquerda controla 53,18% da população, ao passo que

com 46,20% dos mandados da direita, somente 25,76% da população é governada por ela<sup>10</sup>.

Uma ressalva deve ser feita quanto a esses números: dado que a cidade de São Paulo entra na contabilidade dos números, é evidente que o partido vencedor na cidade tende a levar consigo grande parte da população, uma vez que o município de São Paulo tem, sozinho, cerca de 27% do total da população do estado. Porém, isso não retira o argumento, visto que nos anos de 2000 e 2012 quando o PT, representante da esquerda esteve na prefeitura de São Paulo (com Marta Suplicy e Fernando Haddad, respectivamente) a diferença entre número de prefeituras e população governada é considerável, ao passo que quando partidos mais à direita do espectro ideológico estiveram no poder em 2004 e 2008 (com José Serra [PSDB] e Gilberto Kassab [DEM], respectivamente) a diferença é quase imperceptível. Disso tudo decorre a conclusão já enunciada de que a direita tem seus redutos mais consolidados em municípios de pequeno porte, enquanto que a esquerda detém maior força nas grandes cidades. A explicação para esse fenômeno se dá no sentido de que o coronelismo (LEAL, 1949) - geralmente associado à política tradicional e aos partidos de direita - deu origem a uma política personalista nos pequenos municípios, a qual persiste, ainda que com menor intensidade e passando por mudanças (LAMOUNIER, 1978; KERBAUY, 2000; AVELAR E WALTER, 2008).

---

<sup>10</sup> Os dados obtidos são universo, isto é, usou-se os 645 municípios para o cálculo dessas porcentagens.

Para reforçar nosso argumento, a tabela I<sup>11</sup> correlaciona dados de votação partidária e dados socioeconômicos, a fim de testar se essas duas variáveis têm correlação entre si, isto é, se é verdade que as clivagens rural/urbano, mais desenvolvimento/menos desenvolvimento, centro/periferia têm impacto sobre o comportamento do eleitor. A literatura aponta que sim, tanto trabalhos clássicos como o de Lipset e Rokkan (1967), Faria (1975), Sadek (1989) quanto os mais contemporâneos - Singer (2000), Lipset (2001), e Meneguello e Bizzarro Neto (2012). De modo geral, todos apontam que a variável regional das clivagens importa na tomada de decisão do eleitor. Ou seja, os partidos foram capazes de manter seus redutos em locais específicos, de modo a ser possível a identificação de um padrão de votação segundo dados socioeconômicos. O que a literatura defende é que em locais mais desenvolvidos e urbanos o voto tende a ser em partidos de oposição, enquanto que nos locais rurais e menos desenvolvidos o voto tende a se concentrar no partido do governo. A defesa desse argumento se dá no sentido de que o eleitor cujo status socioeconômico é maior detém maior número de informações e condições para a construção de um universo cognitivo

---

<sup>11</sup> Nota metodológica: construímos essa tabela com testes estatísticos *r* de Pearson, pois os dados são quantitativos e lineares, sendo este o teste indicado. O *r* de Pearson correlaciona duas variáveis e mostra a força associativa que elas têm entre si. Seu valor varia de +1,00 a -1,00, sendo o valor +1,00 uma correlação perfeita diretamente proporcional, isto é, à medida que uma variável cresce, a outra também cresce. O valor -1,00 é uma correlação perfeita inversamente proporcional, isto é, à medida que uma variável cresce a outra diminui. Quanto mais próximo de 1 for o resultado, mais forte é a correlação entre as variáveis.

capaz de processar e refletir sobre a conjuntura política em que se está inserido (AVELAR E LIMA, 2000).

Para os dados do estado de São Paulo, faz sentido colocar a esquerda na oposição, uma vez que a hegemonia de uma coalizão mais à direita no governo do estado, sobretudo do PSDB, se faz sentir desde a eleição de Mario Covas em 1994. Dessa maneira, é possível pensar em uma possível reprodução da política nacional no nível local, já que PT e PSDB têm sido adversários nas disputas presidenciais desde 1994, mas, particularmente, desde 2002 (MENEGUELLO, AMARAL E BIZZARRO NETO, 2014), além do fato de que as atuais disputas municipais terem sido inseridas de vez no cenário nacional (KERBAUY, 2010).

O que se pode inferir dos dados apresentados na Tabela I é que os partidos de esquerda obtiveram correlações positivas para PEA Industrial em todos os anos para quase todos os partidos, sendo duas apenas as exceções - PSB e PDT em 2012. O mesmo se repete com o Grau de Urbanização. O que os dados apontam é que em locais com maior grau de urbanização e cujo setor econômico predominante é o industrial o sucesso eleitoral tende a ser maior entre os partidos representantes da esquerda. A prova desse comportamento se dá ao observar os dados de PEA Agrícola que mostram correlações negativas, significando menor sucesso eleitoral em cidades agrícolas. No que se refere aos partidos de centro e de direita, estes mostram dados que sugerem que o comportamento do eleitor que vota nestes partidos tende a ser agrícola e menos urbanizado.

Outro dado que a Tabela I apresenta é o de Taxa de Analfabetismo, à luz de nosso argumento, o que se esperava era encontrar correlações positivas para partidos de direita e negativas para partidos de esquerda, uma vez que a hipótese era de que municípios com menor índice de escolaridade tendem a votar na direita (SINGER, 2000). Essa hipótese se confirma com os dados trazidos.

O que se conclui desta sessão é que a política partidária responde, ainda, ao paradigma tradicional colocado pela abordagem sociológica das clivagens, refletindo assim no comportamento eleitoral dos partidos nos municípios do estado. Este comportamento está atrelado a características socioeconômicas específicas, o que se associa, por sua vez, à divisão entre direita e esquerda. Existem mudanças na orientação do eleitorado, conforme mostraram Avelar e Walter (2008). Porém, as variáveis clássicas são capazes de exercer influência sobre a dinâmica partidária em nível local, embora com menos força e significância, conforme evidenciaram os dados.

### **A organização partidária nos municípios paulistas**

A fim de perceber melhor a distribuição organizativa dos partidos no estado de São Paulo, adotamos um recorte por porte de municípios, medido pelas suas populações totais. De acordo com o IBGE, a divisão dos municípios pela população se dá em três níveis básicos – sem se considerar outras subdivisões: *pequenos municípios*, com até 50 mil habitantes; *médios municípios*, entre 50 e 100 mil habitantes; e *grandes municípios*, acima de 100 mil

habitantes<sup>12</sup>. A partir desta divisão, será possível observar se há diferenças quanto à estruturação dos partidos e se o porte do município traz alguma influência sobre a forma organizativa das agremiações.

A tabela II indica que os partidos mais à direita se estruturaram, majoritariamente, sob o formato de Diretório nos grandes municípios, sobretudo entre os anos de 2008 e 2010. Entretanto, a partir de 2011, o que se observa é um aumento na proporção de Comissões Provisórias. São os casos do PTB, que destitui todos os Diretórios em abril de 2011, e do PP, que no mesmo ano quase iguala a proporção entre os órgãos e, em 2012, inverte o quadro e passa a ter mais Comissões. Em relação ao DEM, o único Diretório registrado é o de São Paulo, que foi desfeito em 2011. Ainda que o partido se estruture quase que totalmente em formato de Comissões, vale destacar o seu crescimento organizativo ao longo deste período – passa de 67 Comissões em 2008 para 75 em 2012, registrando assim uma presença formal mínima em todos os grandes municípios do estado. Corroborando com outros trabalhos que já indicaram a forte presença organizacional do PSDB (ASSUMPÇÃO, 2008) e PMDB (BIZZARRO NETO, 2013) no estado, os dados mostram que ambos se estruturam significativamente sob a forma de Diretórios. Apenas em 2012 o PMDB aparenta certo enfraquecimento organizativo, apresentando quase 61% de Comissões entre os grandes municípios. Por fim, entre os partidos da

---

<sup>12</sup> O número de municípios (n) em cada uma dessas divisões é: grandes municípios (75); médios municípios (48); pequenos municípios (522).

esquerda, o quadro é heterogêneo: enquanto o PSB registra um crescimento no número de Comissões Provisórias, chegando a 75 (100%) em 2012, o PT mantém praticamente estável o seu formato em Diretórios, evidenciando a força de suas estruturas internas no nível local. Já o PDT é o partido que mais se mostra equilibrado, chegando a empatar no número de órgãos nos dois primeiros anos e, depois, apresenta maior crescimento na formação de seus Diretórios.

De modo geral, o que se observa é que todos os partidos se estruturaram majoritariamente em Diretórios, indicando que os grandes municípios facilitam a penetração das agremiações. Mesmo dentre aqueles que possuem mais Comissões (DEM e PSB, principalmente), é notável que elas existam em todos os municípios – ou seja, os grandes municípios são o principal alvo de estruturação e disseminação da organização partidária.

Nos médios municípios, duas mudanças principais são observadas. O PP passa a ter uma distribuição mais equitativa entre os órgãos e, a partir de 2011, as Comissões passam a ser o predominate. Assim, para este estrato, o partido parece perder certa força na organização formal. A outra mudança observada é no PDT, que passa a se sobressair com as Comissões, em detrimento dos Diretórios. Para os demais partidos, o quadro é semelhante ao dos grandes municípios.

Por fim, nos pequenos municípios o quadro é semelhante, como mostra a tabela IV, porém o predomínio dos Diretórios diminui ligeiramente em dois grandes partidos. No PSDB, a proporção dos Diretórios cai de cerca de 89,8% nos médios

municípios para quase 81%, ao passo que para o PT, a queda é de 98,3% para 73,3%. Já o PMDB apresentou tendência inversa e cresceu em Diretórios, registrando um aumento médio de 70,8% para 76,7% na proporção de Diretórios em relação às Comissões. Fica evidente que, mesmo após a crise política pela qual passou na última década (BIZZARRO NETO, 2013), o partido ainda preserva uma estrutura organizacional forte nos pequenos municípios, herdada em grande medida do antigo MDB (KINZO, 1988; SADEK, 1989). No bloco dos partidos de direita, os dados apontam para o predomínio dos Diretórios no PP e no PTB. Já o DEM, mesmo na forma de Comissões, alcança significativa penetração nas pequenas localidades, conseguindo se fazer representar em praticamente todos os municípios. Nesse sentido, nota-se que os principais partidos de direita possuem grande penetração nos municípios paulistas, inclusive nos pequenos.

Os partidos de esquerda, por sua vez e à exceção do PT, possuem uma proporção maior de Comissões, além de não conseguirem obter registro na quase totalidade de municípios considerados pequenos. Do total de 522 municípios, apenas em 2012 o PSB se aproxima, registrando 518 órgãos.

A análise da constituição formal das agremiações, por porte de município, indica que os partidos de direita conseguem atingir mais localidades, ainda que sob a forma de Comissões. Entre os Diretórios, cabe destacar a predominância do PP e do PTB, mesmo dentre os municípios pequenos. Os principais partidos (PT, PSDB e PMDB) possuem representatividade nos três níveis, de maneiras um

tanto quanto semelhantes. No caso do PMDB, cabe ressaltar que há um crescimento dos Diretórios em pequenos municípios, evidenciando a manutenção da força organizacional do partido no nível local. Partidos como DEM e PSB adotam a estratégia das Comissões Provisórias. No caso do DEM, isso garante que o partido tenha uma organização formal mínima em praticamente todos os municípios do estado.

Essas diferenças entre a organização dos partidos nos municípios pode estar associada ao peso do contexto histórico local de suas formações. A existência de lideranças de destaque (Paulo Maluf e Orestes Quércia, por exemplo), ou ainda a herança organizacional dos partidos do regime militar (ARENA e MDB – ambos com forte penetração nos municípios paulistas), são fatores que certamente exerceram influência na maneira como as agremiações se estruturaram no estado.

### **Considerações Finais**

A política local paulista vem se alterando ao longo das eleições. Ao tomarmos o pleito de 2012, por exemplo, em que as correlações tanto mostram mais exceções, quanto são muito fracas. Embora alguns padrões já tenham sido longamente discutidos pela literatura ainda se comprovem, trouxemos dados que refletem o efeito dos processos de clivagens e como estas definem preferências políticas específicas. Desses processos, dois são fundamentais para a compreensão da política local no estado, em primeiro lugar a clivagem urbano/rural, aqui representada pelos indicadores de PEA e

de Grau de Urbanização. Este indica que os partidos de direita ainda detêm seus redutos em locais menos urbanizados e mais agrícolas, comprovando o argumento da existência de uma política tradicional ainda voltada para os pequenos municípios rurais.

Em segundo lugar, a clivagem de centro e periferia, notadamente sendo comprovada pelos dados do descompasso dos percentuais de número de prefeituras e de total de população governada, além dos dados de Taxa de Analfabetismo. Tal qual indicado por Avelar e Lima (2000), o eleitor de maior status socioeconômico tende a ter mais informações para orientar seu voto. Esse maior status socioeconômico está associado aos grandes municípios, locais onde a esquerda detém seus redutos.

Em relação à organização partidária, a clivagem por porte dos municípios mostra que os partidos de direita se sobressaem em todos os níveis, seja pela predominância dos Diretórios (PP e PTB), seja por conseguir com que as Comissões Provisórias se estabeleçam em quase todas as localidades (DEM). Assim, fica atestada a “vocação local” dos partidos conservadores no estado (MENEGUELLO; BIZZARRO NETO, 2012), ou seja, a existência de bases importantes que sustentem suas organizações - sejam recursos ou lideranças locais, por exemplo, e que conseguem desempenhar um papel significativo na estruturação dessas agremiações no estado. Os partidos de esquerda, por sua vez, conseguem maior penetração nos grandes e médios municípios. PT, PSDB e PMDB, devido à longa trajetória de organização e

competição no estado, apresentam uma organização mais robusta em todos os estratos.

De maneira geral, os dados apresentados procuram contribuir para uma maior compreensão do quadro geral da política paulista da última década. Sendo assim, podemos depreender que no nível local, os partidos de esquerda tendem a ter maior sucesso nas urnas onde características como grau de urbanização e PEA industrial são predominantes, além de ganharem as corridas eleitorais em municípios de maior porte, que é onde se encontram mais bem estruturados organizacionalmente. A direita, todavia, obteve maior sucesso em municípios menores com maior taxa de analfabetismo e mais agrícolas, locais em que suas agremiações conseguem se estabelecer formalmente, podendo exercer assim maior influência sobre a dinâmica eleitoral.

## BIBLIOGRAFIA

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. *Análise Organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no Estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras/UNESP Araraquara, 2008.

AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Revista Lua Nova*, Nº49, 2000.

\_\_\_\_\_; WALTER, Maria Inez Machado Telles. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008.

BIZZARRO NETO, Fernando Augusto. *PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BRAGA, M.S.S.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. “Organización, território y sistema partidário: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estrutura del sistema partidário em Brasil”. *América Latina Hoy*, 62, 2012, pp. 15-45.

FARIA, Vilmar E. “As eleições de 1974 no estado de São Paulo: Uma análise das variações inter-regionais”. In: *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F.H. (Orgs). Cebrap/Paz e Terra, 1975.

GUARNIERI, Francisco. A Força dos Partidos "Fracos". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011.

HAZAN, R. Y.. *Centre Parties. Polarization and Competition in European Parliamentary Democracies*. London: Pinter, 1997.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A Morte dos Coronéis: Política Interiorana e Poder Local*. Araraquara/São Paulo, FCL/Unesp/Cultura Acadêmica, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais*. 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2010.

KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. “Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista”. In: *Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. REIS, F.W. (Org.) São Paulo: Símbolo, 1978.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados. *Revista Dados*, vol.28, 1995.

LIPSET, Seymour M., *Cleavages, Parties and Democracy*. In: *Party Systems and Voter Alignments Revisited*. Karvonen, L., Kuhnle, S. (orgs.) Londres: Routledge, 2001.

\_\_\_\_\_; ROKKAN, Stein (orgs.). *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. New York, The Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENEGUELLO, Rachel, AMARAL, Oswaldo E. do e BIZZARRO NETO, Fernando. *The similarity of the adversaries: The profile of middle-level elites of the PT and the PSDB*. Congress of The Latin American Studies Association, Maio, 2014.

\_\_\_\_\_; BIZZARRO NETO, Fernando.. *Contexto e Competição na Política Paulista*. Dados, n.55, v.1, 2012.

PASQUARELLI, B; BIZZARRO NETO, F. *O PMDB no centro no sistema político brasileiro*. Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado, 2012.

POWER, Timothy; ZUCCO Jr., César (orgs). *O Congresso Por Ele Mesmo*. Editora UFMG: Belo Horizonte 2011.

SADEK, Maria Tereza. “A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo”. In: *Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil*. SADEK, M.T. (Org.), São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.

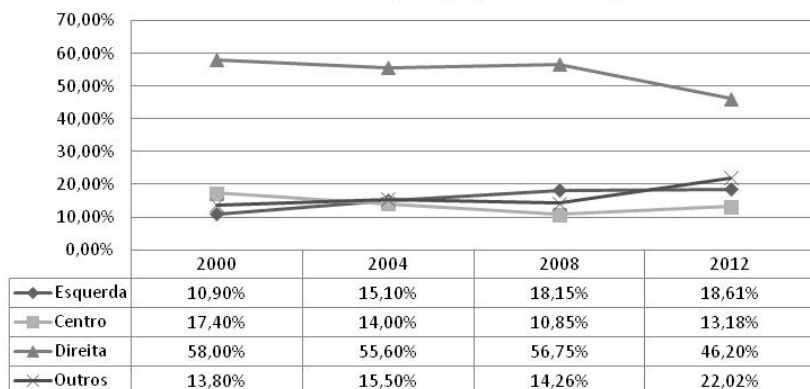
SINGER, André. *Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

### **Anexo I – Lista de siglas**

MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PAN - Partido dos Aposentados da Nação  
DEM - Democratas  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PHS - Partido Humanista da Solidariedade  
PL - Partido Liberal  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN - Partido da Mobilização Nacional  
PP - Partido Progressista  
PPS - Partido Popular Socialista  
PR - Partido da República  
PRP - Partido Republicano Progressista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSC - Partido Social Cristão  
PSD - Partido Social Democrático  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC - Partido Social Democrata Cristão  
PSL - Partido Social Liberal  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PST - Partido Social Trabalhista  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN - Partido Trabalhista Nacional  
PV - Partido Verde

## Anexo II – Gráficos e Tabelas

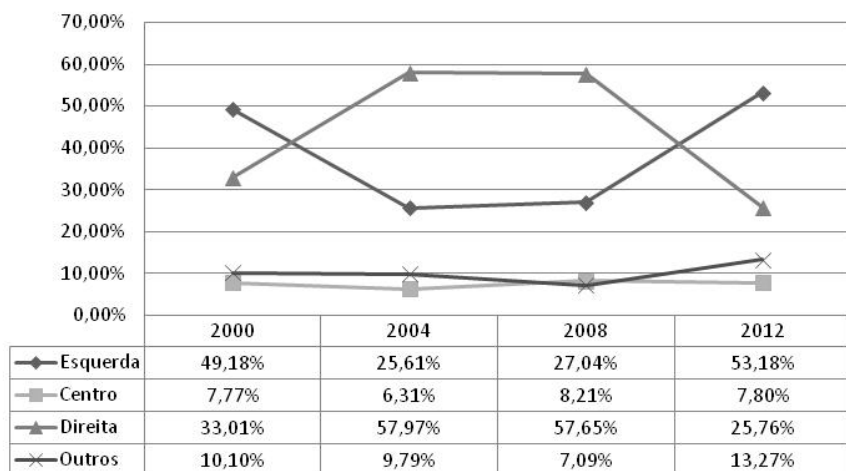
**Gráfico 1.**  
Evolução da Porcentagem do  
Número de Prefeituras por Agrupamento Ideológico



**Fonte:** TSE

**Outros inclui:** PAN, PC do B, PHS, PL, PMN, PPS, PR, PRP, PSC, PSD, PSL, PSOL, PST, PTN E PV.

**Gráfico 2.**  
Evolução da Porcentagem de População Governada



**Tabela 1.**  
Correlações r de Pearson para Votação Partidária e Dados Socioeconômicos

| 2000                     |          |       |       |        |         |       |       |       |
|--------------------------|----------|-------|-------|--------|---------|-------|-------|-------|
|                          | Esquerda |       |       | Centro | Direita |       |       |       |
|                          | PT       | PSB   | PDT   | PMDB   | PSDB    | DEM   | PP    | PTB   |
| PEA Agr. 2000            | -,181    | -,096 | -,003 | ,093   | ,007    | ,086  | ,050  | -,043 |
| PEA Ind. 2000            | ,139     | ,070  | ,014  | -,054  | -,071   | -,061 | ,006  | ,014  |
| PEA Serv. 2000           | ,053     | ,037  | -,009 | -,036  | ,072    | -,035 | -,058 | ,010  |
| Tx. Analf. 2000          | -,275    | -,110 | -,040 | ,063   | ,056    | ,136  | ,051  | ,016  |
| Grau de Urbanização 2000 | ,240     | ,122  | ,051  | -,061  | -,070   | -,084 | -,070 | -,025 |
| 2004                     |          |       |       |        |         |       |       |       |
|                          | PT       | PSB   | PDT   | PMDB   | PSDB    | DEM   | PP    | PTB   |
| PEA Agr. 2000            | -,098    | -,022 | -,079 | ,071   | -,023   | -,001 | ,099  | ,063  |
| PEA Ind. 2000            | ,094     | ,041  | ,136  | ,001   | -,018   | -,038 | -,013 | -,084 |
| PEA Serv. 2000           | ,014     | -,019 | -,037 | -,071  | ,038    | ,035  | -,094 | ,027  |
| Tx. Analf. 2000          | -,202    | -,077 | -,086 | ,063   | ,027    | ,097  | ,084  | ,065  |
| Grau de Urbanização 2000 | ,155     | ,105  | ,055  | -,022  | -,033   | -,169 | ,008  | -,031 |
| 2008                     |          |       |       |        |         |       |       |       |
|                          | PT       | PSB   | PDT   | PMDB   | PSDB    | DEM   | PP    | PTB   |
| PEA Agr. 2008            | -,061    | -,060 | -,004 | ,072   | ,007    | -,034 | ,055  | ,012  |
| PEA Ind. 2008            | ,100     | ,030  | ,039  | -,023  | -,037   | -,083 | ,039  | -,011 |
| PEA Serv. 2008           | -,038    | ,024  | -,041 | -,046  | ,038    | ,112  | -,094 | ,007  |
| Tx. Analf. 2010          | -,125    | -,018 | -,061 | ,016   | ,075    | ,023  | ,015  | ,089  |
| Grau de Urbanização 2010 | ,086     | ,031  | ,050  | ,037   | -,108   | -,070 | ,055  | -,053 |
| 2012                     |          |       |       |        |         |       |       |       |
|                          | PT       | PSB   | PDT   | PMDB   | PSDB    | DEM   | PP    | PTB   |
| PEA Agr. 2008            | ,000     | ,163  | ,092  | ,172   | ,136    | ,152  | ,270  | ,120  |
| PEA Ind. 2008            | ,060     | -,148 | -,061 | -,084  | -,098   | -,180 | -,007 | -,044 |
| PEA Serv. 2008           | -,063    | -,001 | -,015 | -,070  | -,017   | ,075  | -,259 | -,068 |
| Tx. Analf. 2010          | ,093     | ,205  | ,125  | ,117   | ,149    | ,367  | ,231  | ,235  |
| Grau de Urbanização 2010 | -,048    | ,033  | -,065 | -,004  | ,013    | -,256 | -,036 | -,166 |

Fonte: TSE e SEADE

**Tabela II – Órgãos partidários registrados nos grandes municípios, por partido**

| Partido | Quantidade (%) |            |            |            |           |           |
|---------|----------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|
|         | Órgão          | 2008       | 2009       | 2010       | 2011      | 2012      |
| DEM     | CP             | 67 (98,5%) | 74 (98,7%) | 74 (98,7%) | 75 (100%) | 75 (100%) |
|         | D              | 1 (1,5%)   | 1 (1,3%)   | 1 (1,3%)   | 0         | 0         |

|      |    |            |            |            |            |            |
|------|----|------------|------------|------------|------------|------------|
| PP   | CP | 10 (25%)   | 17 (23,3%) | 26 (35,1%) | 36 (48,6%) | 56 (76,7%) |
|      | D  | 30 (75%)   | 56 (76,7%) | 48 (64,9%) | 38 (51,4%) | 17 (23,3%) |
| PTB  | CP | 6 (8,3%)   | 9 (12%)    | 17 (22,7%) | 75 (100%)  | 63 (84%)   |
|      | D  | 66 (91,7%) | 66 (88%)   | 58 (77,3%) | 0          | 12 (16%)   |
| PSDB | CP | 8 (11,1%)  | 11 (14,7%) | 17 (23%)   | 8 (10,7%)  | 6 (8%)     |
|      | D  | 64 (88,9%) | 64 (85,3%) | 57 (77%)   | 67 (89,3%) | 69 (92%)   |
| PMDB | CP | 9 (12,2%)  | 9 (12,2%)  | 4 (5,3%)   | 29 (38,7%) | 45 (60,8%) |
|      | D  | 65 (87,8%) | 65 (87,8%) | 71 (94,7%) | 46 (61,3%) | 29 (39,2%) |
| PSB  | CP | 41 (64,1%) | 52 (69,3%) | 51 (68,9%) | 51 (68,9%) | 75 (100%)  |
|      | D  | 23 (35,9%) | 23 (30,7%) | 23 (31,1%) | 23 (31,1%) | 0          |
| PDT  | CP | 32 (50%)   | 32 (50%)   | 34 (47,9%) | 3 (4,1%)   | 28 (37,3%) |
|      | D  | 32 (50%)   | 32 (50%)   | 37 (52,1%) | 70 (95,9%) | 47 (62,7%) |
| PT   | CP | 0          | 0          | 3 (4%)     | 3 (4,1%)   | 3 (4%)     |
|      | D  | 68 (100%)  | 75 (100%)  | 72 (96%)   | 70 (95,9%) | 72 (96%)   |

Fonte: TSE.

**Tabela III – Órgãos partidários registrados nos médios municípios, por partido**

| Partido | Quantidade (%) |            |            |            |            |            |
|---------|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|         | Órgão          | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       | 2012       |
| DEM     | CP             | 44 (100%)  | 48 (100%)  | 48 (100%)  | 48 (100%)  | 48 (100%)  |
|         | D              | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
| PP      | CP             | 13 (48,1%) | 16 (35,6%) | 18 (41,9%) | 29 (60,4%) | 40 (83,3%) |
|         | D              | 14 (51,9%) | 29 (64,4%) | 25 (58,1%) | 19 (39,6%) | 8 (16,7%)  |
| PTB     | CP             | 6 (12,5%)  | 6 (12,5%)  | 8 (16,7%)  | 48 (100%)  | 44 (91,7%) |
|         | D              | 42 (87,5%) | 42 (87,5%) | 40 (83,3%) | 0          | 4 (8,3)    |
| PSDB    | CP             | 6 (12,5%)  | 6 (12,5%)  | 9 (20%)    | 1 (2,1%)   | 2 (4,2%)   |
|         | D              | 42 (87,5%) | 42 (87,5%) | 36 (80%)   | 47 (97,9%) | 46 (95,8%) |
| PMDB    | CP             | 1 (2,6%)   | 5 (10,4%)  | 8 (16,7%)  | 23 (47,9%) | 33 (68,8%) |
|         | D              | 37 (97,4%) | 43 (89,6%) | 40 (83,3%) | 25 (52,1%) | 15 (31,3%) |